



LIDO NA SESSÃO DO DIA

09 DEZ 2014

1º Secretário

PROTOCOLO

## Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

ENCAMINHADA NOS  
TERMOS DO § 2º DO  
ARTIGO 188 DO  
REGIMENTO INTERNO

1º DEZ. 2014

Carlos Alberto Martins Manócher  
Secretário Legislativo

Indicação

Nº

2535/14

AUTOR : Deputado Flávio Lemos

INDICA A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE COM CÓPIA AO  
PODER EXECUTIVO A NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE UMA  
AMBULÂNCIA EQUIPADA PARA ATENDER AOS MUNICÍPIOS DE  
SÃO FELIPE D'OESTE, COSTA MARQUES E CUJUBIM.

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica a Secretaria Estadual de Saúde com cópia ao Poder Executivo, a necessidade de aquisição de uma ambulância equipada para atender aos municípios de São Felipe d'Oeste, Costa Marques e Cujubim.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposição Legislativa na modalidade de Indicação, que tem por fim, indicar ao Poder Executivo Estadual, através da SESAU, a necessidade de aquisição de uma ambulância equipada para atender aos municípios de São Felipe d'Oeste, Costa Marques e Cujubim.

A proposta indicatória é derivada de reivindicação dos representantes dos municípios citados, com base no clamor das famílias que vivem na região. De acordo com o Ministério da Saúde, se tratando de legislação sobre ambulâncias, em sua Lei n.º 2.048 de 05 de novembro de 2002, relata: "Considerando a expansão de serviços públicos e privados de atendimento pré-hospitalar móvel e de transporte inter-hospitalar é necessidade integrar estes serviços à lógica dos sistemas de urgência, com regulação médica e presença de equipe de saúde qualificada para as especialidades de atendimento".

Como é de conhecimento de todos, a ambulância é um bem público de extrema importância, pois é responsável pelo atendimento de urgência que serve o público em geral, independente de cor, credo ou partido político. Este veículo é preparado para receber e lidar com qualquer tipo de fatalidade, possuindo profissionais capacitados para este fim.

Sendo assim, é após o exposto peço ao Poder Executivo que efetue um estudo de viabilidade para que seja implementada tal indicação.

Plenário das Deliberações, 02 de dezembro de 2014.

Flávio Lemos  
Deputado - PR